

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas,
ribeirinhos e desigualdades**

**BARBÁRIE OU SOCIALISMO: APROXIMAÇÕES AO CONTEXTO LATINO-AMERICANO A
PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE ROSA LUXEMBURGO**

BRUNA CRISTINA FAUSTINO DE SOUZA¹

MARIANA BERNARDO SOARES²

MARIELLE ANNE MORAIS SOARES³

THAIS RIBEIRO ESTEVES⁴

RESUMO

Este texto tem como objetivo uma breve explanação da agudização contemporânea da exploração e opressão capitalista na América Latina, como face da barbárie, e do cenário de lutas e revoltas populares como possibilidade de construção de um projeto socialista, recuperando para tanto, em seu eixo de fundamentação, a célebre contribuição de Rosa Luxemburgo.

Palavras-chave: Rosa Luxemburgo; Socialismo; América Latina;

RESUMEN

Este texto tiene como objetivo brindar una breve explicación de la intensificación contemporánea de la explotación y opresión capitalista en América Latina, como rostro de la barbarie, y el escenario de las luchas y revueltas populares como posibilidad de construir un proyecto socialista, recuperando así, en su eje fundacional, la célebre aportación de Rosa Luxemburgo.

Palabras clave: Rosa Luxemburgo; Socialismo; América Latina;

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

³ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

⁴ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

INTRODUÇÃO

A investigação minuciosa do legado marxista e marxiano, bem como a contextualização das lutas anticapitalistas, em seus limites e possibilidades marcam o plano de fundo deste ensaio, construído de forma coletiva, no ano de 2023, por mestrandas e doutorandas de um núcleo de estudos de pós-graduação em Serviço Social.

O frequente incômodo com a ordem social vigente e seus dados cada vez mais temerosos nos coloca frente a um importante questionamento: haverá a possibilidade de existência de humanidade, frente aos atuais ataques grandiosos do capitalismo globalizado? Estudos recentes nos revelam a recorrente compreensão de que os moldes atuais do capital devastarão a vida na terra, determinando um completo *status* de barbárie.

Para Antunes (2020), no capitalismo do século XXI, ao mesmo tempo em que há um avanço tecnológico nunca antes alcançado pela humanidade, há também um retorno a um nível de exploração do trabalho comparável ao do capitalismo da acumulação primitiva, ou seja, da protoforma do capitalismo. Exemplo disso é a retomada de jornadas intensas de trabalho, como nos primórdios da Revolução Industrial, ou mesmo nas colônias que se utilizavam do trabalho escravizado.

Em contraponto, observamos, na mesma medida, a maximização de lucros e o aumento de riquezas da porção capitalista, que se apresenta disposta a superar qualquer limite para expandir seu capital - socialmente produzido, mas apropriado de forma cada vez mais privada (Iamamoto, 2015) - mesmo que isto possa significar o fim da humanidade ou o completo assolamento de seus recursos naturais.

O atual panorama da sociedade de classes nos convida a refletir até que ponto a exploração e a opressão desmedida da classe trabalhadora, geradora de mais valia e riqueza para os proprietários dos meios de produção, possibilitará o avanço do capitalismo; bem como quais são os limites materiais para essa expansão, tendo em vista as destruições e degradações monumentais perpetuadas por este sistema, especialmente, no que diz respeito aos recursos naturais do planeta, incluindo nestes a própria vida humana. A humanidade se extinguirá com o capitalismo ou superará este sistema para poder viver?

Esse questionamento nos convida a recuperar a atemporal Rosa Luxemburgo e seu lema vastamente conhecido: “Socialismo ou barbárie”. A importante autora marxista compreende, segundo Loureiro (2020, p. 36), que a barbárie é sinônimo de capitalismo mundializado, a guerra de todos contra todos e contra tudo: trabalho, natureza, populações tradicionais, antigos modos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

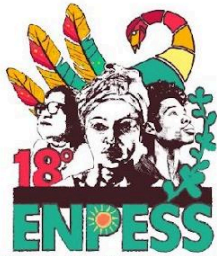
de vida comunitários, numa lista interminável. O socialismo, por sua vez, em um contexto de sucessivas vitórias do sistema capitalista e de seus corolários, nos convida a pensar na possibilidade de construção de um projeto anticapitalista e socialista, que possa romper com a lógica dominante.

Se os dados que demonstram o avanço e a expansão do capitalismo em toda a América Latina nos intimidam e, até mesmo, nos paralisa, os fatos que revelam a construção da luta anticapitalista neste quadro do continente nos instigam a ter esperança e acreditar na possibilidade do socialismo em detrimento da barbárie. Este texto, assim, objetiva uma breve explanação da agudização contemporânea da exploração e opressão capitalista na América Latina, como face da barbárie, e do cenário de lutas e revoltas populares como possibilidade de construção de um projeto socialista, recuperando para tanto, em seu eixo de fundamentação, a célebre contribuição de Rosa Luxemburgo.

A FACE DA BARBÁRIE: O AVANÇO DO CAPITALISMO NA AMÉRICA LATINA E O ASSOLAMENTO DA HUMANIDADE

O avanço da barbárie no contexto da exploração capitalista, bem como o assolamento da classe trabalhadora na América Latina encontra suas raízes na construção deste território, que foi amplamente marcado pelo contexto de colonialismo, em uma relação de enorme violência, cujo significado maior é a raça. Quijano (2005) evidencia que a constituição da América Latina estabeleceu um novo padrão de poder mundial, fundamentado em dois eixos, sendo eles a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça e a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos em torno do capital e do mercado mundial. Neste sentido, Quijano (2005, p. 120) inaugura a concepção de que a colonialidade do ser, do saber e do poder determinou a geografia social do capitalismo, constituindo a Europa e o europeu como elementos centrais na dominação capitalista. A expansão do domínio do tráfico comercial, a extração de metais preciosos e a formação de um mercado regional crescentemente integrado e monetarizado na América, engendrados pelos grupos dominantes colonizadores, forjou a Europa como a sede central de controle do mercado mundial⁵. Este controle, por sua vez, foi instituído sob o lastro do roubo e do extermínio dos povos originários e escravizados:

⁵ Como elucida Quijano (2005, p. 119): “Uma região historicamente nova constituía-se como uma nova identidade geocultural: Europa, mais especificamente Europa Ocidental. Essa nova identidade geocultural emergia como a sede central do controle do mercado mundial”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A partir de sua inclusão na história universal construída pelo capital, a região que mais tarde seria chamada de América Latina emerge como a exclusão necessária (e, portanto, incluída) que torna viável essa modernidade. A abundância nos centros imperiais, suas grandes revoluções políticas, as poderosas transformações industriais, o crescimento e o progresso produtivo, toda a humanidade e o bem-estar que ali se vivia, tinham como contrapartida o colonialismo, o roubo das riquezas e o extermínio dos povos nativos, o estabelecimento de uma organização colonial de subjugação e despossessão que também exigia a destruição de numerosos povos africanos, que foram levados como escravos para plantações e minas na região, submetidos a condições desumanas que causaram milhares de mortes (Osório, 2022, p. 30).

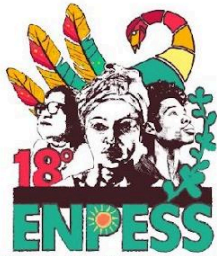
Desse modo, as nações latino-americanas materializaram-se como produto da expansão da civilização ocidental, tendo no estabelecimento de padrões de dominação externa uma marca de sua história. Para Loureiro (2015), Rosa Luxemburgo, quando enfatiza em “A acumulação do capital” (1913) a unidade dialética entre metrópole e periferia, traz uma contribuição original no sentido de compreender o sistema capitalista mundial, que gera “subdesenvolvimento” na periferia do capitalismo como um elemento do “desenvolvimento” dos países centrais.

O marco da colonização também impõe elementos importantes para a discussão das relações sociais de gênero, colocando em questionamento as origens das desigualdades estabelecidas entre homens e mulheres. É inconteste que a colonização se estabeleceu como um marco para agudizar, de maneira brutal, as desigualdades de gênero estabelecidas entre os povos originários e escravizados nas Américas.

As relações sociais de gênero nas sociedades capitalistas merecem centralidade nas análises engendradas, especialmente, quando compreendemos o papel fundante que mulheres ocupam em sua relação com a mercadoria motriz deste sistema: a força de trabalho. A produção e a reprodução diária e geracional da força de trabalho apresentam-se como importantes pontos a serem evidenciados, ao lado do recorrente papel imposto às mulheres nas sociedades capitalistas.

Silva (2021), na continuidade histórica dos fatos, destaca que no final do século XIX e início do século XX, a América Latina experimentou uma reorganização do colonialismo sob o comando do capitalismo imperialista e da dependência, constituída no contexto das duas grandes guerras mundiais. O autor destaca, ainda, a financeirização, a consolidação dos monopólios, a exportação de capitais, a captura orgânica dos estados nacionais e dos fundos públicos, como elementos chaves para a compreensão dessa nova fase de acumulação capitalista que passa a vigorar neste contexto histórico.

Neste cenário, o cone centro sul-americano admite o estatuto de dependência na engrenagem econômica mundial e efetiva a superexploração da força de trabalho de sua



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

população (Marini, 2008). Essa dependência, inevitavelmente, não é geradora de desenvolvimento para essa parcela do continente e diferentemente disso estabelece a intensificação da exploração da classe trabalhadora sob as mais variadas estratégias, que se atualizam nos contextos de crises cíclicas do capital.

Mészáros (2009), em análise às crises cíclicas do capital, destaca que não há nada de especial em associar-se capital à crise, uma vez que tais crises são o modo natural de existência do capital, sendo que a superação de tais momentos não se caracteriza como algo a ser empenhado por este sistema. Neste contexto, o autor nos convida a refletir sobre a crise estrutural do capital, da qual vivenciamos desde a década de 1970, destacando quatro aspectos fundantes desta: “possui um caráter universal que não se restringe a uma esfera particular; seu “alcance é verdadeiramente global” sendo que atinge todos os países; sua escala de tempo é “extensa, contínua”, ou melhor, é “permanente” em contraposição a uma crise cíclica, situada num determinado período; seu “modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante”.

A diferença estabelecida entre as crises cíclicas e a crise estrutural do capital se caracteriza ao passo que a primeira atinge, apenas, algumas partes do complexo social e a segunda, por sua vez, altera substantivamente a totalidade do sistema do capital. Não podemos deixar de evidenciar que este sistema encontra respostas para o enfrentamento de sua crise estrutural na exploração-dominação da classe trabalhadora, e mais fortemente, sobre sua parcela feminina e negra.

Antunes (2005) alertara para o fato que o mundo do trabalho tem sofrido importantes mudanças desde a crise dos anos 1970, tais como: a redução do proletariado industrial, a incorporação do trabalho feminino de modo desigual e diferenciado - com maior precariedade, a preponderância dos assalariados no setor de serviços, o trabalho no “terceiro setor” e as novas formas de trabalho em domicílio, a exclusão dos jovens e de trabalhadores considerados “velhos” pelo capital, a ampliação do trabalho informal e o aumento do exercício industrial de reserva.

Referenciado na tradição marxista, em especial em Mészáros, Antunes (2020) destaca que o capital opera como uma engrenagem econômica complexa e sem limites para sua expansão, que visa à produção de mais capital, tendo como resultado uma acentuada destrutividade, expressada nas alienações, coisificações e tantos estranhamentos, devastações ambientais, opressões de gênero, raça, etnia, sexos. Soma-se como um marco no contexto que vivenciamos a partir da crise dos anos 1970, a crise dos anos 2008-2009, responsável pela corrosão de sistemas de proteção social no mundo todo e cujas transformações societárias levaram a desdobramentos tais como: ritmos estonteantes de trabalho, destruição sem limites da

natureza, segregação urbana e social, exacerbação do racismo, opressão de gênero e desprezo a ciência.

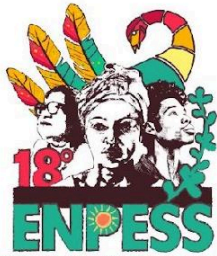
Este percurso analítico nos permite compreender como os impactos da superexploração da classe trabalhadora na América Latina - e também no mundo - percorrem caminhos devastadores, construídos através dos percursos sócio-históricos, políticos e econômicos, nos países ditos periféricos. Neste contexto, destacamos a marca das relações sociais de gênero, raça/etnia e classe, que corporificam os sujeitos impactados por tal cenário, que vivenciam em seu cotidiano as situações limites impostas pelo assolamento da humanidade, característica da exploração-opressão capitalista.

Não podemos deixar de mencionar, ainda, que o capitalismo, ao longo de seu processo de dominação e expansão, utiliza-se de estratégias para impor sua hegemonia. Assim, assistimos em ondas sucessivas nas décadas de 1980 e 1990, o neoliberalismo se difundir em toda a América Latina, estabelecendo o aprofundamento da dependência, graves crises cambiais e financeiras, a concentração da riqueza e o aumento da desigualdade e da pobreza.

E como consequência desse movimento, vislumbramos em meados dos anos 2000, a reação contra o neoliberalismo nas Américas, que se materializou na chamada “onda rosa”: espécie de social-democracia tardia, que se espalhou pela América do Sul: Chaves na Venezuela, Morales na Bolívia, os Kirchner na Argentina, a Frente Ampla no Uruguai, Correa no Equador, Lugo no Paraguai e Lula no Brasil⁶. Onda esta que evidenciou a impossibilidade da superação do capital, através de reformas parlamentares e da conciliação de classes, escancarando que o assolamento da classe que vive do trabalho permaneceu sendo a ordem do dia.

Neste processo, podemos observar, igualmente, os impactos na organização das lutas da classe trabalhadora, que vivenciaram importantes momentos de cooptação e apassivamento, derivados das pequenas concessões estabelecidas pelos governos sociais democratas, que a longo prazo, mostraram não só sua falência, como seu potencial para alavancar um terreno fértil de ascensão do conservadorismo e do fascismo. Este cenário, extremamente complexo e desafiador para a vida da classe trabalhadora, também apresenta outra face, caracterizada pela viabilidade das lutas e resistências, denotando que a simples e mera aceitação de tal contexto nunca foi uma possibilidade para aquelas/es que vivem do trabalho e fazem oposição irreconciliável com o capitalismo e o imperialismo. Nesse sentido, evocamos o pensamento de Rosa Luxemburgo, que, segundo Löwy (2015), foi uma pensadora que denunciou todo o sistema

⁶ Disponível em: <https://encurtador.com.br/ayS49>. Acesso em: 10 set. 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

colonial, incorporando o ponto de vista das vítimas da modernização capitalista e reconhecendo as lutas sociais de resistência.

A OBRA DE ROSA LUXEMBURGO: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM SOCIAL

Rosa Luxemburgo foi uma militante e pensadora, marxista e revolucionária internacionalista, que propunha que o processo revolucionário se daria por meio do protagonismo popular.

Rosa nasceu em 1871, na Polônia (em Zamość, cidade ocupada pela Rússia), no mesmo mês em que se dá a Comuna de Paris, e é brutalmente assassinada em 1919, em meio às lutas insurrecionais de Berlim. Desde seu nascimento até sua morte, Rosa teve sua trajetória atravessada pelos movimentos populares que lutavam contra o sistema de exploração capitalista. Rosa ainda sofria frente às opressões por sua origem/etnia, religião, sexo e limitação de mobilidade num dos membros inferiores. Não obstante a isso, segundo Ouviaña (2021, p. 29):

Rosa navega na contracorrente e, apesar de tais adversidades, exercita uma militância criativa de qualquer ângulo que se observe. Assume sua condição subalterna para superá-la e fazer dessa possível limitação uma virtude autoafirmativa, trincheira onde se proteger e lutar a plenos pulmões, contra ventos e marés. Rompe cada um dos mandatos que a sociedade lhe pretende impor e pratica com extrema ousadia um ativismo febril e intransigente, sempre a favor dos/as mais fracos/as ou subjugados/as por esse sistema. E, para os inimigos, recomenda um método infalível que sempre dá bons resultados: “Polegares nos olhos e joelho no peito!”.

Torna-se militante por volta de seus 16 anos quando ingressa na organização clandestina Proletariado, já em Varsóvia, de caráter marxista e adversa ao tsarismo Russo. Depois se muda para Zurique (Suíça), sob ameaça de prisão, onde se gradua e também conclui o doutorado em economia política. Casa-se, com o fito de adquirir cidadania alemã e em 1898 chega a Berlim, epicentro do movimento operário.

Para Löwy (2010, p. 93), o pensamento de Rosa Luxemburgo é “uma caixa de ferramentas preciosa para tentar desmontar a máquina capitalista que nos tritura”. Apesar de reconhecer que ela cometeu erros “como qualquer ser humano e militante”, o autor ressalta que é necessário compreender as ideias de Rosa Luxemburgo não como um sistema teórico fechado, nem como uma doutrina dogmática aplicável em diferentes épocas e lugares. O pensamento dela, expresso como respostas imediatas à conjuntura, em artigos de jornal,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

brochuras, cartas, dentre outros, deve ser entendido como uma reflexão em movimento, enriquecido pela experiência histórica. A sua relevância se dá sobretudo pelo fato de que poucos marxistas do século XX estiveram tão próximos como ela da filosofia marxista da práxis. Práxis aqui entendida, no seio do legado marxiano, como a unidade dialética entre o objetivo e o subjetivo, a mediação pela qual a *classe em si* transforma-se em *classe para si*.

No âmbito da produção de Rosa Luxemburgo, evidencia-se a brochura “A crise da social-democracia” (1915), na qual se encontra a célebre palavra de ordem, nas palavras de Löwy (2010) “um marco na história do pensamento marxista”, e que foi evocada neste artigo: “*socialismo ou barbárie*”.

Curiosamente, o argumento de Rosa Luxemburgo começa referindo-se às “leis inalteráveis da história”; ela observa que a ação do proletariado “contribui para determinar a história”, mas parece acreditar que se trata apenas de “acelerar ou retardar” o processo histórico. Até aqui, nada de novo! Logo em seguida, porém, ela compara a vitória do proletariado a “um salto da humanidade do reino animal para o reino da liberdade”, acrescentando: esse salto não será possível “se a faísca incendiária [*zündende Funke*] da vontade consciente das massas não surgir das circunstâncias materiais que são fruto do desenvolvimento anterior”. Aqui aparece então a famosa *Iskra*, essa centelha da vontade revolucionária que é capaz de fazer explodir a pólvora seca das condições materiais. Mas o que produz essa *zündende Funke*? É graças a uma “grande cadeia de poderosas lutas” que “o proletariado internacional fará seu aprendizado sob a direção da social-democracia e tentará tomar em suas mãos sua própria história [*seine Geschichte*]”. Em outras palavras: é *na experiência prática da luta que se acende a centelha da consciência revolucionária dos oprimidos e explorados* (Löwy, 2010, p. 88 - grifos do autor).

Sua principal obra e, talvez, a mais criticada em decorrência da solução sugerida para os problemas da teoria da acumulação de Marx, é a “*A acumulação do capital*” de 1913. Ela avança na discussão a respeito das “leis do movimento” do capitalismo quando sugere “leis do desenvolvimento” que explicariam as crises do capital. Assim, ela infere que o ponto de partida estaria na expansão mundial do capitalismo por meio da destruição das formas *não-capitalistas* (Krätke, 2015).

Desse modo, direcionou seus estudos para as formas de *comunismo primitivo*, como pode ser observado na obra “Introdução à economia política” (redigido entre 1914 e 1915 e publicado em 1925), que apresenta uma abordagem original a respeito das formações sociais, pois supera a perspectiva linear e de cariz progressista defendida pela ideologia burguesa (Löwy, 2015).

A produção de Rosa recebe duras críticas dos seus contemporâneos em virtude, segundo Loureiro (2015), de suas próprias críticas aos intérpretes ortodoxos de Marx que se afastam de sua própria obra, como Stalin, que providenciou, motivado pela discordância das



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

teses propostas, a desqualificação de toda a obra de Luxemburgo, bem como seu apagamento proibindo qualquer publicação sua. A Alemanha só tornou a publicá-la na década de 70.

Sua leitura crítica e aprofundada de Marx nos presentia com importantes destaques a respeito de um período ou faceta de desenvolvimento do capitalismo - não observado nas produções traduzidas e/ou divulgadas até o momento - em que avalia a perversidade da acumulação de capital pelos países da Europa em detrimento dos povos africanos e americanos. Ainda, destaca que o alcance de novas e talvez melhores condições de vida e trabalho da classe operária europeia afasta essa parcela da classe trabalhadora dos demais, desmobilizando uma organização internacionalista da revolução.

Para Rosa, se faz necessária uma visão de totalidade do processo econômico e histórico e, deste modo, uma organização internacional dos trabalhadores, uma vez que, o capitalismo é um processo histórico mundial e demanda organização da classe trabalhadora na mesma proporção para combater o “vírus planetário” do capitalismo. E esta organização se daria pela própria massa e não por meio de representações via partidos e/ou sindicatos.

A pensadora, portanto, propõe um aprofundamento das ideias de Marx quando reposiciona sua construção a respeito da acumulação primitiva, que estaria situada num determinado momento histórico. Luxemburgo infere que se trata de um processo constante que se refaz reiteradamente para garantia da acumulação de capital. Considera-se que as sociedades imaturas ou não evoluídas (tendo como referência de evolução os países imperialistas) estavam revivendo continuamente a espoliação de seus meios de produção quando são convocados por força/violência a atender as demandas por matéria prima dos países de capitalismo imperialista (Ouviña, 2021).

Rosa era feminista? Esta é também uma das questões que envolvem as discussões a respeito da militante polonesa alemã, em que é possível apenas fazer alguns apontamentos a respeito uma vez que não há uma produção que indique seu posicionamento de forma contundente. Nas suas obras que discorre sobre o capitalismo, sua perspectiva é de totalidade a respeito da classe trabalhadora e não há vieses de gênero ou classes - categorias que, na contemporaneidade, atravessam o movimento feminista. Não obstante, conforme destaca Ouviña (2021), a vida de Rosa era o feminismo em ação, já que Luxemburgo opunha-se às normas de conduta vigentes fundando e presidindo partido político, discutindo com seus camaradas de luta (homens, em sua grande maioria) de forma horizontalizada e não se curvando ou recuando às críticas ou ameaças.

Ouviña (2021) também sugere, a partir da publicização de cartas e outros textos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

produzidos por Rosa, que só recentemente tornaram-se públicos, que ela teria uma conexão política e ideológica com a luta dos povos indígenas já que possuía profundo interesse pela botânica, além de seu amor pelos animais. Nesse sentido, Rosa seria fonte de inspiração para àqueles/as que defendem um outro modelo de desenvolvimento, como o ecossocialismo ou socialismo do bem viver.

É uma ideia complexa, proveniente das tradições e valores dos indígenas andinos, que consiste basicamente em um novo modelo de vida, centrado na integração harmoniosa entre a sociedade e a natureza. Nesse sentido, apresenta-se como alternativa à concepção ocidental de progresso, baseada no crescimento sem limites e que ignora as externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais. É amplamente reconhecido que a ideia de “bem viver” está em construção e, portanto, em disputa. Segundo um de seus simpatizantes, seria “a contribuição específica que os povos originários de Abya Yala [América] oferecem à construção de nova civilização” (Loureiro, 2015).

Rosa Luxemburgo tornou-se, não por acaso, uma referência importante nos últimos anos, em particular na América Latina, no debate de um socialismo do século XXI, com vistas à superação dos impasses da social-democracia e do stalinismo, experiências que reivindicaram o socialismo no século passado. Nesse sentido, Löwy (2010) destaca a oposição irreconciliável da pensadora em relação ao capitalismo e ao imperialismo, além da concepção de um socialismo revolucionário e ao mesmo tempo democrático, tendo como alicerce a práxis auto emancipadora das (os) trabalhadoras (es), a autoeducação pela experiência e pela ação das grandes massas populares.

AS LUTAS ANTICAPITALISTAS NA AMÉRICA LATINA COMO POSSIBILIDADE DA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO SOCIALISTA

O feminismo tradicional do século XX concentrou suas teorias a respeito de uma caracterização das mulheres como frágeis, débeis, reclusas no espaço privado e passivas (Lugones, 2008). No entanto, outras bibliografias relatam outras formas de vida das mulheres, como a obra “Mulheres Indígenas que Marcaram a História”, que por meio de cordel retrata a trajetória de mulheres originárias:

“...Foi a indígena primeira
A atuar como reitora,
Daquele centro acadêmico
Uma grande lutadora
Por direitos e justiça

Contra toda essa cobiça,
Da terra devastadora...” (Silva; Sena, 2022, p.49).

Por muitos anos vivemos “[...] a hegemonia das críticas feministas, [que] em geral, limita-se à Europa e Estados Unidos e trazem uma concepção de “mulher” branca, ocidental e burguesa em suas análises, desconsiderando as especificidades das margens capitalistas, como a América Latina, a Ásia e a África em sua quase totalidade [...]” (Bittencourt, 2015, p. 2003).

Essas caracterizações desconsideram em grande medida as relações sociais de raça, uma vez que as mulheres “não brancas” eram consideradas seres “sem gênero”, marcadas sexualmente como fêmeas, sem as características da feminilidade, passíveis de violações e perversões sexuais, essencialmente erotizadas e suficientemente fortes para empreender trabalhos forçados no espaço público e privado e a própria escravização (Lugones, 2008).

Para Rosa Luxemburgo, interpretada como a “A menos eurocêntrica de todos”, sendo esse o título de um artigo de Isabel Loureiro, no qual analisa que “ela [Rosa Luxemburgo] aparece como a teórica que pela primeira vez deu lugar permanente, na civilização ocidental, aos países da periferia do capitalismo, não somente porque serviram como fonte de acumulação primitiva do capital, mas porque, desde a época da colonização até agora, foram um elemento imprescindível do desenvolvimento capitalista mundial” (Loureiro, 2015, p. 97).

Loureiro (2015, p. 98) segue o texto com as palavras de Rosa: “[...] já não se trata de acumulação primitiva, mas de um processo que prossegue inclusive em nossos dias [...]. O capital não conhece outra solução que não a da violência um método constante da acumulação capitalista no processo histórico, não apenas por ocasião de sua gênese, mas até mesmo hoje” (Luxemburgo, 1988, p. 32-33 *apud* Loureiro, 2015, p. 98).

Diante das violentas soluções exercidas pelo capitalismo, a América Latina resiste por meio de organizações coletivas frente às expressões da questão social que emergem de formas diferentes, sempre oprimindo as ditas “minorias”. As lutas sociais são formas de resposta às opressões que vivenciamos no lugar de países periféricos que fomos colocados. Como formas de resistências destacamos algumas delas, em 1994 o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), grupo de inspiração zapatista, anticolonial e anticapitalista do México, por meio do qual indígenas e seus descendentes lutaram por reconhecimento e autonomia de seu território junto ao Estado mexicano. Suas ações estratégicas apropriaram-se de novas tecnologias, sobretudo os recursos advindos com a Internet.

Merece destaque que a década de 1990, período de avanço no neoliberalismo, é



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

marcada pelo refluxo dos movimentos de massa. Contudo, além do EZLN, há os chamados “saques” e “Santiagoço”, na Argentina, e o “Cararazo”, na Venezuela. Ambos, respostas da população à implementação de políticas neoliberais e queda das condições de vida. Klachko e Arkonada (2017), ainda destacam, neste mesmo período, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no Brasil, que promoveu um ciclo de rebelião popular. O MST compõe a Via Campesina, movimento social mundial criado em 1993 por meio da aglutinação de organizações camponesas, agricultores (pequenos e médios), mulheres rurais, comunidades indígenas, trabalhadores sem-terra e migrantes, que possui clara oposição ao neoliberalismo e defende a soberania alimentar.

Já nos anos 2000, também na Argentina, o “movimento piqueteiro”, constituído inicialmente por trabalhadores (as) desempregados (as), logo atingiu alcance nacional. O movimento teve seu ponto alto na semana de 12 a 20 de dezembro de 2001, marcado pela massiva participação popular, renúncia e fuga de helicóptero do então presidente e a violenta repressão do Estado que vitimou 39 pessoas. Não obstante, o ciclo de revolta se encerra apenas em junho de 2002, quando dois militantes de organização piqueteiros são assassinados pela polícia.

A “Guerra da Água” em Cochabamba, Bolívia, em 2000, caracteriza-se como uma revolta popular, ocorrida entre janeiro e abril de 2000, contra a privatização do sistema municipal de gestão da água. O movimento de resistência se deu em resposta a uma medida onde uma multinacional norte-americana tenta privatizar a água repassando o valor da dívida para a população⁷.

Já em outubro de 2003, outra insurreição popular, desta vez chamada “Guerra do Gás”. Entre as reivindicações estavam a contrariedade da venda do gás pelo Chile, a renúncia do presidente e oposição ao Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA): “A bandeira de luta da defesa do gás se constituiu como o aríete que unificou e nacionalizou a luta e acolheu reivindicações de emancipação locais, nacionais, indígenas, populares, antineoliberais e anti-imperialistas” (Klachko; Arkonada, 2017, p. 109-110). O levante teve como saldo cerca de 75 mortos, vítimas da repressão pelas forças armadas, e a renúncia do presidente, Sanches de Lozada, que fugiu para os Estados Unidos.

A marcha “Ni Una a Menos”, de 03 de junho de 2015, é conhecida mundialmente. Um

⁷ Essa guerra expressa o movimento que descrevemos anteriormente, a partir do pensamento de Rosa, contudo, ressaltadas as devidas proporções, contextos locais e possibilidade de mudança, visto que ao observar a luta destacada, não vislumbramos um engajamento das classes antagônicas para superação do sistema, mas sim, um enquadramento por um tema comum, que é o usufruto da água.

movimento online se iniciou na Argentina e reuniu mais de 200 países em 2016, como resposta ao brutal feminicídio de Lucía Pérez.

Em 2018 no Brasil, o movimento “Ele não”, igualmente, foi um grito que ecoou nas ruas, após o assassinato da vereadora Marielle Franco, no mês de luta internacional pelos direitos das mulheres, no Rio de Janeiro. “Mulher negra, mãe, socióloga, cria da Maré e parte da comunidade LGBTQIAP+” como se apresentava, o seu legado tem como característica a práxis de onde vem e a quem governa, Marielle foi eleita vereadora com 46.502 votos.

Rosa Luxemburgo diz que economia e política estão intrinsecamente ligadas: “Na realidade, a violência política é também aqui somente o veículo do processo econômico; ambos os aspectos da acumulação do capital estão organicamente ligados pelas condições de reprodução do capital, apenas juntos fornecem a carreira histórica do capital (Loureiro, 2015 p. 100). O mandato de Marielle materializa a violência política escrita por Rosa. Aqui no Brasil, essa luta segue com o grito “Marielle vive” que clamamos por justiça, até os dias de hoje.

A Maré Verde em 2020, por sua vez, deu força a pauta de direitos reprodutivos, viabilizando na Argentina a conquista da legalização do aborto. O ativismo feminista na América Latina continua a crescer e a evoluir, com protestos em massa, além de incluir as campanhas nas redes sociais e uma busca contínua pelo bem viver e o fim das opressões.

Além das lutas citadas – que conseguem alcançar uma parcela muito reduzida dos esforços empenhados ao longo da história – é fundamental destacar o protagonismo feminino e negro nas lutas contra os sistemas imperialista, colonialista e capitalista na América Latina. As mulheres, e especialmente as mulheres negras e originárias, ocuparam espaço de destaque em guerrilhas, atos e ações realizadas contra estes sistemas, por vezes, perdendo suas vidas para resistir aos ataques da ordem em voga, que opera alinhado ao Estado repressor. As mulheres não só fizeram, como permanecem fazendo, a frente de luta coletiva, do passado aos dias atuais.

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.

“Brava Txai Suruí
Incansável colidiu,
Com tanta destruição
Que desmatou e poluiu,
Com chefões gananciosos
E seus discursos falaciosos,
Mas ela não desistiu...” (Silva; Sena, 2022, p.50).

Assim como as lutas aqui trazidas, sabemos que virão muitas outras, entre avanços e

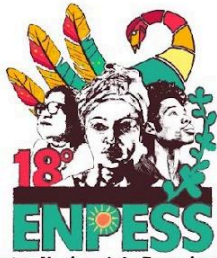
retrocessos, enquanto esse sistema se mantiver, rumo à barbárie. As reflexões trazidas neste artigo caminham por registro de lutas de resistência que seguem entre “não desistir” e reagir às violências até a construção do socialismo como diz Rosa, lembrando da importância da práxis defendida pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço da barbárie no contexto de exploração capitalista na América Latina se expressa, diante da construção sócio-histórica desta parcela do continente, de forma ainda mais multiforme sob a égide do colonialismo. Por meio de uma economia dependente, a América Latina experimenta a superexploração da força de trabalho e o rebaixamento das condições de vida de sua população trabalhadora, com destaque para sua parcela racializada negra e feminina, que cria condições elementares para o alavancamento das economias imperialistas, conforme os ditames da nova divisão internacional do trabalho (Lepinski *et al.*, 2022).

Rosa Luxemburgo nos convida a compreender a catástrofe como forma de vida, imposta pelo capitalismo, que se sustenta na exploração, não só força de trabalho, como também na extração de matéria prima, o que promove a destruição da natureza e seu colapso sistêmico. A autora, que fez oposição irreconciliável com o capitalismo e o imperialismo ao longo de toda sua trajetória de vida, nos convida ao salto da *classe em si* para a *classe para si*, através da práxis revolucionária. A luta cotidiana, movida pelas massas populares, sem o intermédio de partidos e/ou sindicatos, foi seu combustível. O feminismo não se apresenta, necessariamente, como objeto de estudo da autora, contudo, este expressou-se em sua vida, uma vez que Rosa era o próprio feminismo em ação.

O cenário de avanço da barbárie nas Américas também apresenta outra face, caracterizada pela viabilidade das lutas e resistências. Estes movimentos, em muitas situações, relacionam-se com a práxis revolucionária impressa no legado de Rosa Luxemburgo: “Ni Una a Menos”, a “Guerra da Água” em Cochabamba, o Exército Zapatista de Libertação Nacional ou a “Maré Verde” são alguns poucos exemplos da luta revolucionária na América Latina, onde mulheres, especialmente negras e/ou originárias, tensionam o contexto de exploração e opressão perpetrados na sociedade capitalista. Tais lutas e o legado de Rosa, nos convidam a encontrar a esperança em detrimento ao determinismo. Assim, a centelha incendiária das ideias de Rosa Luxemburgo nos desafia a construir o socialismo como possibilidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Referências

ANTUNES, Ricardo. Capitalismo pandêmico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BAOBÁ - FUNDO PARA EQUIDADE RACIAL. O legado de Marielle Franco na história das mulheres brasileiras. Disponível em: <https://encurtador.com.br/vFNWX>. Acesso em: 18 out. 2023.

BERGER, William, et al. Proscritos no olho do furacão: lutas sociais e Serviço Social em tempos de barbárie. São Paulo: Papel Social, 2023.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos feministas. InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, v. 1, n. 1, p. 198-210, 2015.

COSTA, Flávia Foresto Porto da *et al.* Manifestações feministas na América Latina. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. In: O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2015.

INSTITUTO UPDATE. Feminismo que move a América Latina: lutas e conquistas importantes para as mulheres latino-americanas. Disponível em: <https://encurtador.com.br/tuDLX>. Acesso em: 18 out. 2023.

KLACHKO, Paula; ARKONADA, Katu. As lutas populares na América Latina e os governos progressistas: crises e desafios da atualidade. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu, 2017.

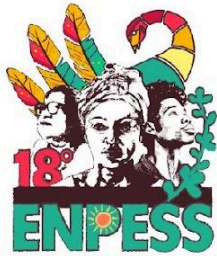
KRÄTKE, Michael. A herança econômica recalçada. Rosa Luxemburgo ou O preço da liberdade. SCHÜTRUMPF, Jörn (org.). 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LEPINSKI, W.; MICHELAN BARCAT, I.; LOPES AMORIM, M.; AUGUSTO PINTO, G. Teoria, dependência e uma práxis latino-americana: a atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini à crítica da globalização capitalista. *Geminal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 403-423, 2022.

LÖWY, Michael. A centelha se acende na ação: a filosofia da práxis no pensamento de Rosa Luxemburgo. *Revista Margem Esquerda - Ensaios Marxistas*, n. 15, p. 81-93, Boitempo Editorial, 2010.

LÖWY, Michael. Imperialismo ocidental versus comunismo primitivo. Rosa Luxemburgo ou O preço da liberdade. SCHÜTRUMPF, Jörn (org.). 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LOUREIRO, Isabel. A menos eurocêntrica de todos. Rosa Luxemburgo ou O preço da liberdade. SCHÜTRUMPF, Jörn (org.). 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

LOUREIRO, Isabel. SOCIALISMO OU BARBÁRIE: a atualidade de Rosa Luxemburgo no centenário de sua morte. *Revista de Políticas Públicas*, v. 24, p. 34-44, 2020.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2009.

LUGONES, María. "The Coloniality of Gender". *Worlds & Knowledges Otherwise*, 1-16, 2008.

OSORIO, J. A questão latino-americana. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 29–48, 2022. DOI: 10.9771/gmed.v14i1.49168. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49168>. Acesso em: 10 set. 2023.

OUVIÑA, Hermán. Rosa Luxemburgo e a reinvenção da política: uma leitura latino americana. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/razionalidad. *Perú indígena*, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais - Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

SILVA, Cléia; SENA, Nil. "Mulheres Indígenas que Marcaram a História". São Paulo: Ed. Teodoras do Cordel Revistas, 2022.

SILVA, José Fernando Siqueira da. América Latina: capital e devastação social. *Revista Katálysis*, v. 24, p. 7-19, 2021.